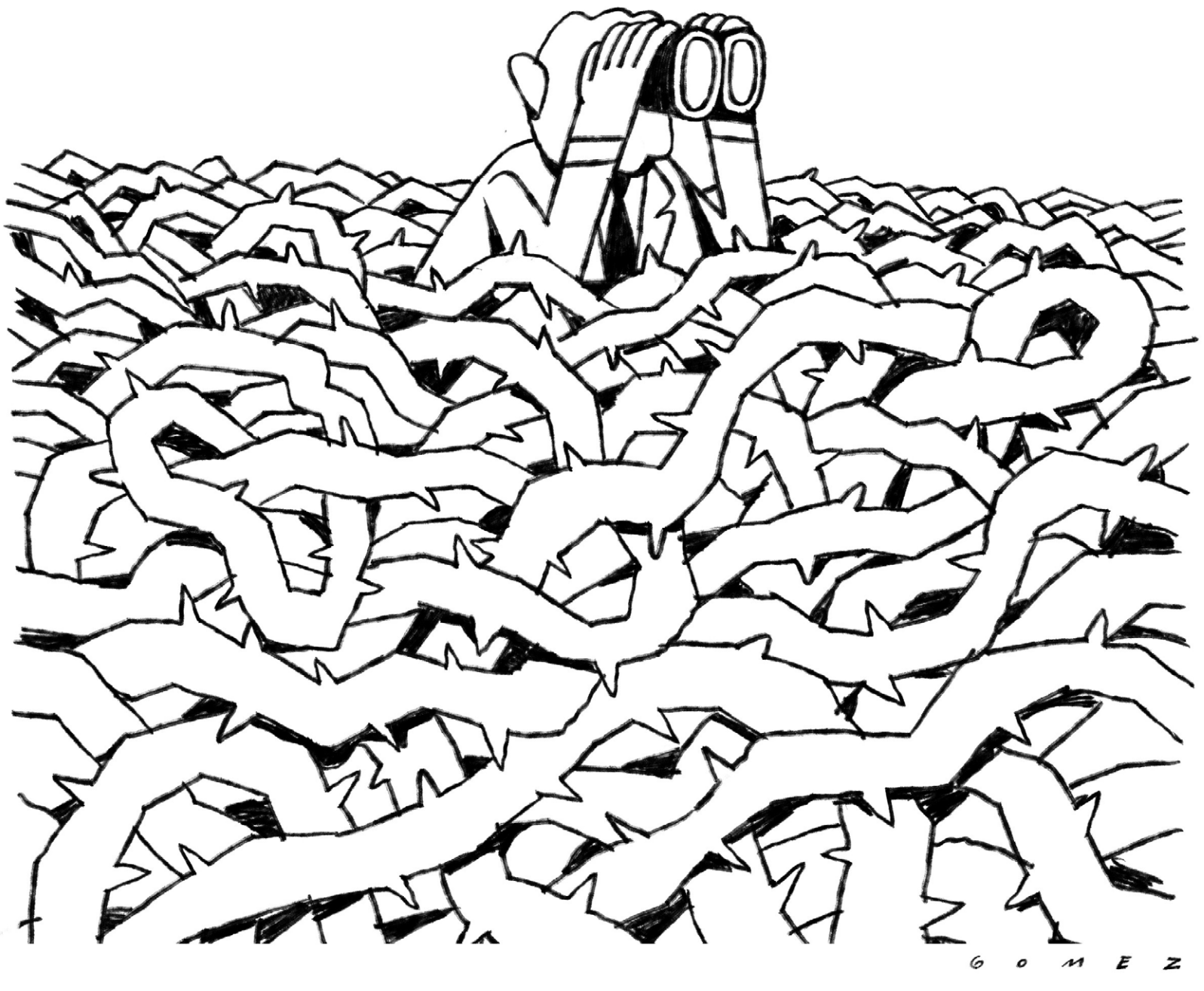
Dilema fatal



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista **(andregustavo10@terra.com.br)**

Quem viveu no Brasil nos últimos 40 anos percebeu uma certa fobia a economistas. Explico melhor: o país foi o território escolhido pelos especialistas para fazer experiências em matérias de gestão. O governo Sarney produziu o Plano Funaro, que congelou preços, produziu uma inacreditável tablita para descontar taxas de juros embutidos nos financiamentos e conseguiu desorganizar a economia em poucos dias. As prateleiras dos supermercados ficaram vazias de uma hora para a outra. Desabastecimento chegou pesado.

Vieram depois outros planos, Bresser e Maílson da Nóbrega. Todos em nome de combater a inflação e recolocar a economia no seu melhor patamar. Deu tudo errado de novo. No final do governo Sarney, o Brasil estava com a inflação superior a 100% ao mês, com as linhas de crédito no exterior bloqueadas, como consequência da decretação da moratória. O país deixou de pagar os juros da dívida externa e recebeu em troca dos bancos internacionais a suspensão de todos seus créditos no exterior. O país quebrou.

A resposta a tudo isso veio na forma do Plano Collor, que congelou todos os ativos. Ou seja, quem tinha até 50 mil cruzeiros, na moeda da época, poderia no banco sacar em dinheiro. Além disso, a quantia ficava bloqueada para ser devolvida em prestações. O dinheiro foi efetivamente devolvido, mas o impacto político foi tão forte que o governo Collor caiu. O Partido dos Trabalhadores, que já dispunha de bancada barulhenta, tocou os tambores e ajudou a derrubar o presidente.

O presidente Itamar Franco teve a inspiração de convidar o sociólogo Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda. FHC não queria o cargo, achava que era uma armadilha política. Mas terminou por aceitar. Montou uma brilhante equipe de economistas, que, trabalhando junto com lideranças do Congresso, conseguiu criar um interessante plano econômico, o Plano Real. Ao mesmo tempo, seus integrantes renegociaram a dívida externa brasileira com os credores internacionais e tudo se recompôs. Os bancos brasileiros passaram a ter crédito no exterior e o país voltou a ser solvente.

O partido que mais fez oposição ao Plano Real, que instituiu a nova moeda no Brasil, foi o PT. O partido entendeu que o plano era meramente eleitoreiro, destinado a beneficiar o PSDB na sucessão presidencial. Beneficiou, de fato, porque FHC foi eleito e reeleito para a Presidência da República, apesar da palavra de ordem petista, reverberada nos quatro cantos do país "Fora, FHC". Essa distância entre PT e PSDB nunca foi superada. Em raros momentos Fernando Henrique e Lula, apesar de correligionários no início das respectivas caminhadas, nunca mais se acertaram.

O PT chegou ao poder três vezes com Lula. Duas contra o PSDB e uma contra a novíssima extrema direita brasileira, representada por Jair Bolsonaro. O ex-presidente, que não guarda coerência nas afirmações que produz, pretende apenas fazer barulho. Agora no Brasil, vai responder como puder às acusações de contrabando e descaminho na questão das pedras preciosas recebidas na Arábia Saudita. De resto, vai acusar como sempre fez seus adversários reais e imaginários.

O PT nunca foi desafiado pela direita. Quem viajar de carro desde o Nordeste até Brasília vai encontrar faixas, na região da soja, saudando o ex-presidente que estava homiziado em Orlando, na Flórida. Se prosseguir na viagem até Foz do Iguaçu pelo interior de São Paulo e do Paraná, deverá ver o mesmo ambiente hostil ao governo do PT. A ironia dessa história é que a direção do Partido dos Trabalhadores se encontra agora diante da dificuldade de construir sua política econômica. Seu governo está obrigado a reduzir despesas, investimentos, segurar aumentos de salários para baixar juros e retomar a solvência. Tudo muito parecido com o que aconteceu antes.

Esse é um dilema que perturba todos os governos de esquerda. João Goulart enfrentou a mesma decisão. Respondeu convocando um economista de elite, Celso Furtado, que lhe apresentou o famoso Plano Trienal, constituído de objetivos para crescer de maneira equilibrada. Não deu certo porque a política não tolera limitações orçamentárias. No Brasil, só os militares conseguiram impor a restrição necessária para fazer a economia caber dentro do orçamento. Mas foram obrigados a suprimir as eleições. No mundo, os países socialistas que orbitavam a antiga União Soviética se libertaram do antigo regime quando todos se viram asfixiados por dívidas com bancos ocidentais.

A solução que o PT encontrar para a questão econômica do Brasil atual vai determinar o sucesso ou insucesso da administração Lula. E, de outro lado, vai abrir ou não a brecha para que a oposição avance nas próximas eleições. O futuro do governo Lula está sendo jogado agora.

Os diamantes estão no terno?

» JOSÉ NATAL
Jornalista

Em tempos outros, lá pelas décadas de 1960, 1970 ou coisa assim, brasileiro classe média que viajava para o exterior entrava no avião sonhando em trazer pra casa três calças Lee, latas de Budweiser, caixas de cigarros More, bonecos de pelúcia do Mickey, Pateta e outros bichinhos da Disney. Miami, Orlando, Barcelona, Madrid , Paris e outras cidades charmosas eram os sonhos de consumo. Acrescente aí algumas marcas de uísque, caixinhas de som, disk laser e aparelhos de home theater, som de alta qualidade. Bom lembrar que naquela época viagens às Arábias, Catar e outros paraísos não figuravam com frequência nos pacotes das agências de turismo. Era coisa pra rico, muito rico. A realização era trazer dos países visitados, notadamente de Miami, bugigangas e vender esses utensílios por aqui, lucrando alguns centavos da moeda da ocasião. A volta ao Brasil causava certo estresse. Como convencer os fiscais da Receita que a cota permitida estava correta?

Os tempos mudaram, mas o rigor dos fiscais nos aeroportos do Brasil ainda trazem as marcas dos dias de ontem. O episódio ridículo, abusivo, desonesto e atrevido da comitiva do capitão após a viagem às Arábias envergonha o país. Tentar engabelar a Receita Federal, trazendo ao Brasil um pacote de diamantes num valor aproximado de R$ 17 milhões, sem pagar impostos é o mesmo que dar um tapa na cara da instituição e da sociedade e ainda sorrir do que fez.

Tudo que foi registrado nessa patacoada até agora só aumenta o descrédito em todas as ações que, de alguma forma, configura presente a digital do ex-presidente, sem dúvida, um gerador de discórdias, conflitos de ideias e polêmicas que cheiram mal. Episódios sempre estranhos e negligentes.

Louve-se aqui a reportagem competente e corajosa dos jornalistas do *Estado São Paulo*, resgatando com depoimentos, documentos e fotos toda uma tramoia mal-intencionada e duvidosa. Nem Agatha Christie, nos seus belos contos de mistérios e suspenses, teve tanta inspiração para gerar história tão bizarra. A primeira versão relatada pelo ministro porta-joias não deu certo e caiu por terra na primeira investigação.

Colocar joias no valor de R$ 17 milhões no pescoço de uma mulher, seja ela primeira-dama, estrela de cinema ou empresária do petróleo, aqui no Brasil seria um risco que poucos teriam a audácia de correr. Nesse particular, a primeira-dama até que acertou em levar o assunto para o terreno da galhofa. Nossa polícia ainda se escora muito em denúncia anônima e nos cães farejadores para garantir a segurança de alguém.

Entretanto, qualquer que seja o resultado da investigação em curso, que investigue de fato tudo que aconteceu, não se avente a menor possibilidade de isenção de culpa dos responsáveis por esse gesto de visível má-fé, uma agressão ao bom senso e provocação às autoridades que cuidam do setor. Fácil nominar os itens dos agravantes. Em primeiro lugar, nada demais que os governos troquem presentes entre seus líderes, há normas legais para isso e, nesse caso, todas foram ignoradas.

O governo utilizar um avião da FAB para enviar um funcionário a São Paulo na missão de retirar da Receita uma encomenda milionária e cercada de questionamentos também desabona o poder. No mínimo estranho. Até os dias de hoje, ninguém foi formalmente acusado de nada, ninguém citado como autor de um crime. O que fica evidente após toda essa mal organizada e desqualificada aventura é o registro de mais um caso que aumenta a avaliação negativa do ex-presidente e enriquece seu robusto repertório de coisas difíceis de se explicar em casa.

A sociedade esclarecida, por mais que tenha lá alguma admiração pelos personagens desse filme chanchada, em algum momento deveria se cobrar. Nunca se viu tanta incompetência e vigarice juntas, o tempo todo em todo lugar.

A contradição na política socioambiental dos frigoríficos

» LEOMAR DARONCHO
» CIRLENE LUIZA ZIMMERMAN
Procuradores do Trabalho

Dados das atividades econômicas que mais afastam trabalhadores pela Previdência Social por agravos à saúde com nexo técnico epidemiológico previdenciário (NTEP) com o trabalho indicam que o setor dos frigoríficos foi responsável pela concessão de mais de 73 mil benefícios entre 2016 e 2020.

O número coloca o setor na 7ª posição entre os segmentos analisados, sendo que mais de 11 mil casos decorrem de lesões do ombro e dorsalgia (coluna). Contudo, no período, tais adoecimentos somam apenas 1.166 Comunicações de Acidente do Trabalho (CATs). Ou seja, há forte indicativo de subnotificação. Apenas uma em cada 10 ocorrências foi registrada espontaneamente pelos frigoríficos como doença relacionada ao trabalho.

O Plano de Sustentabilidade de um dos maiores frigoríficos de aves aponta o engajamento com modernos valores ESG (do inglês: Ambiental, Social e Governança) na visão de futuro da companhia. A empresa afirma o compromisso inclusive de "tolerância zero em relação aos maus-tratos dos animais, seja por abuso, seja por negligência". Os dados reais, porém, indicam pouca atenção com quem trabalha e viabiliza o negócio.

Outro grande frigorífico anuncia, no relatório de sustentabilidade de 2019, que ações preventivas de doenças ocupacionais teriam reduzido em 28% o númerode afastados pela Previdência em relação a 2018. Entretanto, os benefícios concedidos pelo INSS por agravos à saúde com NTEP indicaram redução efetiva, mas modesta, da ordem de 3%. Uma das marcas do frigorífico emitiu, no período, apenas oito CATs para lesões na coluna e nos ombros, enquanto a Previdência reconheceu as mesmas doenças em 526 benefícios de trabalhadores da empresa. Outra marca do mesmo conglomerado emitiu 14 CATs para tais enfermidades, enquanto a sociedade, por meio da Previdência, custeou 144 benefícios previdenciários. São práticas que expõem a subnotificação.

Poucas atividades humanas lícitas concentram tantos fatores de risco. No abate e processamento de carnes e derivados realizam-se até 90 movimentos por minuto, em ambientes frios e insalubres, com baixas taxas de renovação do ar, risco de amputações e vazamentos de amônia, prorrogações de jornada, emprego de força excessiva, exposição a agentes biológicos e químicos, perfurações e cortes com facas, posturas inadequadas, entre outras ameaças constantes.

Importante considerar, ainda, o alto custo previdenciário dos 3.281 benefícios referentes a episódios depressivos entre 2016 e 2020. Também aqui não devem ser desprezadas as evidências da subnotificação. Foram emitidos apenas dois CATs, espontaneamente, pelos frigoríficos. Há somente um registro de CAT que reconhece o afastamento médico.

Apesar das melhorias decorrentes da Norma Regulamentadora 36, de 2013, com requisitos mínimos para avaliação, controle e monitoramento dos risco existentes no setor, as rotinas são desumanas, com baixos salários e alta rotatividade de mão de obra. A velocidade, ditada por máquinas, leva ao descarte de operários incapacitados, despachados para hospitais, INSS ou cemitérios.

Na Análise de Impacto Regulatório do Ministério do Trabalho, que pretendia a revisão da NR 36, é assumida, oficialmente, a subnotificação. Entre 2016 e 2019, os acidentes reconhecidos superam em 300% os notificados em CAT.

Em 2019, ocorreram 23.320 mil acidentes (90 por dia útil). O abate de frangos, suínos e bovinos causou, entre 2016 e 2020, 85.123 acidentes e adoecimentos ocupacionais, com 64 óbitos — média anual de 16 mortes. Em 2021, durante a pandemia da covid-19, foram 40 acidentes fatais. Há contradição entre a política de responsabilidade socioambiental divulgada pelos frigoríficos e a tolerância com a produção de vítimas do trabalho.

O Ministério do Trabalho reconhece a "falta de adoção de medidas de prevenção de segurança e saúde nas atividades de trabalho do setor frigorífico". Não referiu, porém, a conhecida limitação da atuação governamental, prejudicada pela falta de recursos e pela defasagem do quadro de Auditor Fiscal do Trabalho, em que 50% dos cargos estão vagos.

As enfermidades e a subnotificação em frigoríficos também são temas do Seminário dos 10 anos da Norma Regulamentadora nº 36, promovido pelo Ministério Público do Trabalho, pela Escola Superior do Ministério Público da União e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, dias 19 e 20 de abril de 2023, em Brasília.